

Política econômica de Dilma é criticada até por keynesianos

Modelo comemorado em 2010 já não é consenso. Economistas querem investimento, mas não sabem de onde virá

Fernanda Nunes

fernanda.nunes@brasileconomico.com.br

Inflação próxima do teto da meta, balança comercial deficitária, desvalorização cambial crescente e cenário externo preocupante. Um ambiente de instabilidade está dando margem a críticos do governo da presidenta Dilma Rousseff, em ano de eleição, para questionar a política econômica que, em artigo publicado em 2010, o então secretário do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa (atual pesquisador da Fundação Getúlio Vargas), classificou como caso de sucesso. “Durante o governo Lula, o Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais”, comemorou, então, Barbosa.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) negativo em 0,5% no terceiro trimestre de 2013, comparado a igual período anterior, e o processo de retração da desigualdade estagnado, como demonstra a Pesquisa por Amostras de Domicílio (Pnad) de 2012, academia e mercado questionam: a fórmula desandou?

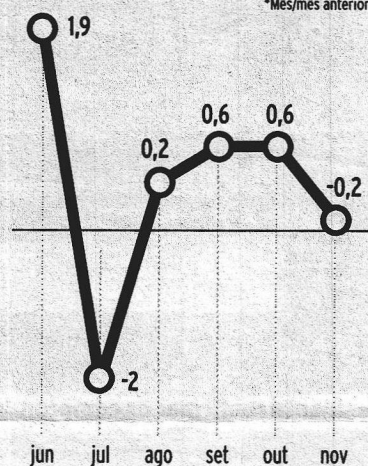
Em seu artigo, na época em que o Brasil avançava a ritmo chinês, Barbosa atribuiu o crescimento à mão do “Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo”, uma clara alusão à teoria de John Maynard Keynes, teórico do século XX, defensor da tese de que o ciclo econômico não é auto-regulado. A própria presidenta Dilma Rousseff tem a sua imagem, frequentemente, atrelada à escola keynesiana, pela defesa à intervenção estatal na economia — como a decisão de segurar os preços dos combustíveis vendidos pela Petrobras e também da energia elétrica, contrariando os interesses empresariais. Seu orientador de mestrado na Unicamp foi o professor keynesiano Manoel Cardoso de Melo.

A esse grupo se contrapõem os neoliberais, credores no poder dos fundamentos financeiros para equilibrar a economia. No entanto, atualmente, diante de perspectivas não tão otimistas quanto as de três anos atrás, a presidenta enfrenta crítica de ambos os lados e não chega a ser reconhecida como uma fiel representante por nenhum deles. Presidente da Asso-

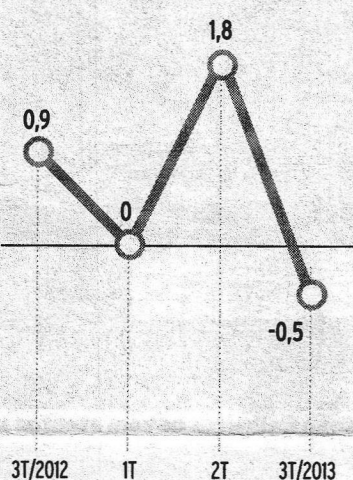
INDICADORES CONJUNTURAIS

Produção Industrial* (2013)

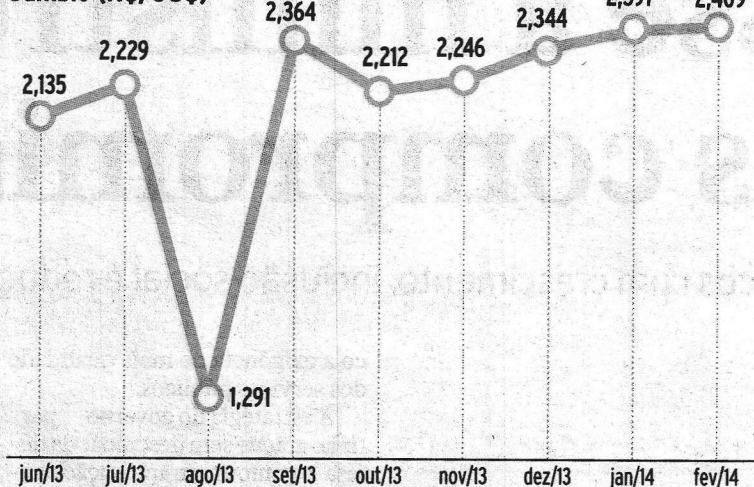
*Mês/mês anterior



PIB (Trimestre/tri anterior)



Câmbio (R\$/US\$)**



Fonte: IBGE e Banco Central

** 1º. Dia útil de cada mês

Não é suficiente flexibilizar o tripé, criado para conter a inflação. Para economista, o governo deve adotar um sistema de meta de poupança pública, com foco no investimento

ciação Keynesiana Brasileira (AKB), o professor da Universidade de Brasília (UNB) José Luis da Costa Oreiro enxerga na atual política econômica uma flexibilização do modelo econômico do “tripé” — câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário — inaugurado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso.

“Não houve mudança na matriz macroeconômica. O que foi feito foi alongar a convergência do centro da meta da inflação, reduzir a meta de superávit primário e manter o regime de flutuação cambial, mas com indução de valorização por meio de mais controle da entrada de capitais. Foi mantida a lógica do modelo anterior, só que o governo passou a testar os seus limites”, diz Oreiro.

Em sua opinião, não é suficiente flexibilizar o tripé, criado para

Em artigo de 2010, o então secretário Nelson Barbosa atribuiu o crescimento ao Estado e ao planejamento, numa clara alusão à teoria de John Maynard Keynes, contrária à autorregulação

conter a inflação, para garantir crescimento econômico. Em vez disso, sua principal proposta é que o governo adote um sistema de meta de poupança pública, com foco no investimento. “Essa é a regra de ouro da política fiscal de Keynes, na qual o endividamento público só pode ocorrer para financiar investimento e não o consumo. É claro que é uma mudança que não pode ser feita do dia para a noite”, ressalta o professor da UnB, salientando, em seguida, que a taxa de poupança pública hoje é negativa em 1% do PIB e que o ideal seria estar em 5%. “Não é uma política de austeridade, mas de mudança do perfil do déficit. É uma mudança da composição da poupança. O ideal é financiar todo o investimento com poupança interna e zerar a externa”.

O que está em questão no debate sobre a política econômica atual, a mesma comemorada no artigo de Barbosa de 2010, é o gasto do governo e a sua capacidade de investimento em um ambiente externo mais hostil, diz o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito. “A única coisa a ser feita é mostrar sinais fiscais menos expansionistas, evitar custeio. Exatamente o que ninguém sabe, porque o grau de mau humor chegou a um grau muito elevado”, opina. Ele reclama de uma má vontade dos economistas. “Chegamos num ponto em que o mercado exige que o governo jogue o país para a recessão”.